court — Armino Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

Direcção Geral de Saúde

Repartição de Saúde

Secção Administrativa

Em vista de não ter sido possível aprontar a nova Farmacopeia Portuguesa no prazo marcado no despacho de 26 de Fevereiro de 1935, publicado no *Diário do Governo* n.º 52, 1.ª série, de 6 de Março do mesmo ano, se publica, para os devidos efeitos, que S. Ex.ª o Ministro do Interior determinou, por despacho de hoje, que essa Farmacopeia seja efectivamente obrigatória nas farmácias a partir de 1 de Julho do corrente ano, mas só entre em vigor no dia 1 de Janeiro de 1937.

Direcção Geral de Saúde, 16 de Julho de 1936.— O Director Geral, *José Alberto de Faria.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Fazenda Pública

Repartição do Património

Portaria n.º 8:492

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, para execução do disposto no artigo 15.º do decreto-lei n.º 24:489, de 13 de Setembro de 1934, adoptar como modelo das placas a afixar nas propriedades do Estado o publicado com esta portaria e que dela faz parte integrante.

O modelo será executado no tamanho e com o material (granito, bronze, mármore ou argamassa rica de cimento) que melhor se adapte à propriedade a que a placa é destinada.

Paços do Governo da República, 21 de Julho de 1936.— Pelo Ministro das Finanças, *João Pinto da Costa Leite.*

**PATRIMÓNIO
DO ESTADO**

Inspecção do Comércio Bancário

Decreto-lei n.º 26:816

A Caixa Económica da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada, actualmente em regime de suspensão de pagamentos, immobilizou, em condições precárias, por concessão de empréstimos hipotecários, a maior parte dos seus depósitos. Da execução dos devedores que não cumpriram as cláusulas dos contratos resultariam vendas em hasta pública e a conseqüente baixa do valor da propriedade rústica e urbana, com grave prejuízo dos depositantes da Caixa Económica e da economia local.

Requeru a direcção da referida Associação de Socorros Mútuos a reconstituição da sua Caixa Económica, alegando os prejuízos que adviriam da sua liquidação, dada a forma como se encontra constituído o activo desta instituição do crédito. No mesmo sentido foi celebrado acôrdo com a maioria dos credores, que representa mais de dois terços dos créditos comuns.

A comissão liquidatária, nomeada por portaria de 7 de Setembro de 1935, nos termos do artigo 2.º do de-

creto n.º 22:090, de 10 de Janeiro de 1933, deu parecer favorável à reconstituição.

Nestes termos, atendendo à situação especial invocada e a que a cobrança da maior parte dos créditos hipotecários deverá ser, em grande número de casos, efectuada pela entrega voluntária ou forçada de propriedades que a Caixa alienará gradualmente, em harmonia com as bases do acôrdo celebrado com os seus credores, de modo a não perturbar as condições normais da economia local;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a reconstituição da Caixa Económica da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada, nos termos do acôrdo celebrado com os seus credores.

Art. 2.º As aquisições de imobiliários realizadas pela Caixa Económica da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada durante o prazo de cinco anos, a contar da data da publicação deste decreto, quer sejam motivadas por execuções hipotecárias, quer por dação em pagamento, ficarão apenas sujeitas a 50 por cento da taxa

fixada no artigo 97.º do decreto-lei n.º 16:731, de 13 de Abril de 1929.

§ único. Esta redução é extensiva à primeira transmissão dos imóveis adquiridos pela Caixa Económica da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada nas condições referidas neste artigo.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Julho de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Armindo Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Superintendência dos Serviços da Armada

Repartição do Pessoal

Para os devidos efeitos se publica a portaria de S. Ex.^a o Ministro da Marinha que mandou ouvir a Procuradoria Geral da República sobre se as lesões que acarretem impotência funcional — considerada «mutilação funcional» — são abrangidas na «mutilação» referida no § único do artigo 2.º do Código de Inválidos, aprovado pelo decreto n.º 16:443, rectificado, de 1 de Fevereiro de 1929, bem como o parecer da mesma Procuradoria acerca desta consulta, com o qual concordou o mesmo Ex.^{mo} Sr. por seu despacho de 16 do corrente:

As disposições do decreto n.º 16:443, rectificado, de 1 de Fevereiro de 1929, e em especial o § único do artigo 2.º, têm sido objecto de interpretações, as mais desencontradas.

Assim, o requerimento de uma praça que fôra reformada por desastre em serviço de que lhe resultou impotência funcional da mão direita, pedindo a sua aposentação à Junta, nos termos do artigo supracitado, foi informado pela Repartição de Saúde deste Ministério «que, tratando-se de lesão que não trouxe mutilação», não lhe podiam ser applicadas as disposições daquele decreto, pelo que o Ministro indeferiu.

Em caso similar, ora presente a despacho, informa a mesma Repartição: «seria absurdo admitir que a perda de uma falange do dedo de um pé — mutilação anatómica que implica a incapacidade — desse, quando feita em serviço, vantagens que fôsem negadas às anquiloses das grandes articulações — mutilações funcionais e caso do requerente —», concluindo por dar o parecer que pode ser deferido o requerimento.

Tornando-se necessário fixar doutrina: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, ouvir a Procuradoria Geral da República sobre se as lesões que acarretem impotência funcional de um membro — considerada «mutilação funcional» na informação acima transcrita — são abrangidas na «mutilação» referida no § único do artigo 2.º do decreto n.º 16:443.

Ministério da Marinha, 16 de Maio de 1936. — O Ministro da Marinha, Manuel Ortins de Bettencourt.

Parecer

Procuradoria Geral da República. — 1.ª Secção — N.º 206 — Liv. 57. — Sr. Ministro da Marinha — Excelência. — Consulta V. Ex.^a esta Procuradoria sobre se as lesões que acarretam impotência funcional de um mem-

bro são abrangidas na palavra «mutilação» do § único do artigo 2.º do decreto n.º 16:443, de 1 de Fevereiro de 1929, rectificado no *Diário do Governo* de Junho de 1929 (Código de Inválidos).

Vai longe o tempo em que a letra da lei tinha um valor absoluto e decisivo.

O processo interpretativo moderno consiste em descobrir o contendo real da lei, o seu verdadeiro e actual sentido.

As chamadas interpretação gramatical e lógica não se consideram já como espécies diferentes de interpretação, mas antes como meios que se empregam ao mesmo tempo, combinando-se reciprocamente para a determinação da *volutas legis*.

Se na linguagem corrente, e até segundo os dicionaristas, a palavra «mutilação» significa somente o acto de cortar ou privar de algum membro (Cândido de Figueiredo e Domingos Vieira), há que averiguar, combinando os processos de interpretação, qual o sentido deste vocábulo no § único do artigo 2.º do Código de Inválidos.

É que, no dizer de Ferrara, o sentido literal é incerto e equívoco.

Porque a norma jurídica tem sempre uma finalidade, deve ela ser entendida e interpretada conformemente ao resultado que se procura obter. E por outro lado uma disposição de lei não pode ser encarada isoladamente, antes deve ligar-se com outros preceitos que podem esclarecer lhe o sentido.

É à luz destes princípios que deve ser resolvida a dúvida suscitada na consulta de V. Ex.^a

Em primeiro lugar seria chocante que, produzindo por vezes a mutilação funcional uma incapacidade e deformação maior e de efeitos mais graves do que uma simples mutilação anatómica, esta merecesse a protecção da lei e aquela não.

A *ratio legis* seria frustrada, como é evidente.

Mas o legislador equiparou na alínea *a*) do artigo 3.º do Código de Inválidos a mutilação anatómica à mutilação funcional, pois mutilação funcional é a perda das funções dos órgãos a que essa alínea se refere.

Essa equiparação é só para o efeito da determinação do conceito legal de inválidos, é certo. Mas ela ilumina e esclarece o âmbito da palavra «mutilação» do § único do artigo 2.º, no sentido de nos militares mutilados em serviço se deverem considerar compreendidos os que ficam incapacitados não só pela privação de um órgão, mas ainda pela perda das funções de qualquer órgão.

Quere dizer, a palavra «mutilação» abrange tanto a mutilação anatómica como a mutilação funcional.

A estas considerações acresce que o fim da lei é proteger a incapacidade proveniente de cegueira ou mutilação em serviço.

E não faria sentido a protecção legal dispensada àquele que sofresse a privação de um órgão que o inhabilitasse para o serviço (por exemplo, a simples perda do dedo de um pé), e que dessa protecção fôsem excluídas as mutilações funcionais que, incapacitando para o serviço, podem deixar o indivíduo em condições mais precárias para exercer qualquer actividade particular que lhe garantisse a subsistência.

Este parecer foi votado por unanimidade em conferência da Procuradoria Geral da República.

A bem da Nação.

Procuradoria Geral da República, 11 de Julho de 1936. — O Ajudante do Procurador Geral da República, Sebastião Coelho de Carvalho.

Está conforme. — Repartição do Pessoal da Superintendência dos Serviços da Armada, 17 de Julho de 1936. — O Chefe da Repartição, interino, Manuel Armando Ferraz, capitão-tenente.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

Portaria n.º 8:493

Não tendo alguns governos coloniais aberto os créditos especiais a que se refere o n.º 2.º da portaria n.º 8:202, de 14 de Agosto de 1935, para pagamento dos subsídios aos seus delegados à 1.ª Conferência Económica do Império Colonial Português, mas apenas reforçado as verbas inscritas nos orçamentos vigentes para despesas da referida Conferência;

Sendo urgente providenciar para que se efective o pagamento dos subsídios que são devidos aos delegados dessas colónias:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Mi-

nistro das Colónias, determinar que se observe o seguinte:

1.º Nas colónias onde foi reforçada a verba orçamental para despesas da 1.ª Conferência Económica do Império Colonial Português, o pagamento dos subsídios aos seus delegados será feito por conta dessa verba;

2.º Se, por virtude desse pagamento, houver ainda necessidade de qualquer reforço, ficam os governadores dessas colónias autorizados a efectuá-lo com as restantes formalidades legais.

Para ser publicada nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Ministério das Colónias, 21 de Julho de 1936.— O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.